

Portugal – Que missão!

Por Eurico Ribeiro A época sombria em que vivemos tem sido paradoxalmente um motor de esperança e virtude do aparecimento de muitos indícios que levam à redescoberta do país onde nascemos, dos nossos antepassados e das verdadeiras potencialidades que possuímos. Como portugueses que somos, descendentes da "íncita geração", espero que sejamos merecedores de levar por diante a missão à qual por destino nos encontramos ligados.

Estou de acordo quando se fala da letargia e da falta de esperança que tem assolado o povo Português, eu próprio passei por esse sentimento que durou alguns anos, cujos efeitos espero saber ultrapassar. Esse foi o tempo necessário até compreender o que realmente somos e valemos como povo milenar.

É importante começar por referir que este sentimento não é de agora, refiro mesmo que é cíclico: a melancolia e o fatalismo. Curiosamente ou talvez não, o nosso país desde a sua fundação tem apresentado ciclos de queda que põem em causa a sua soberania como nação independente aproximadamente de 200 em 200 anos: 1383 - Crise do Interregno, 1580 - Dinastia Filipina, 1800 - Invasão Francesa e a Guerra Peninsular e 1986 - Adesão à CEE. Mínimos vibratórios, matematicamente falando, durante os quais a alma portuguesa é obrigada a uma longa hibernação... emergindo nessas alturas a "sua mística" pelos nossos utopistas, filósofos e poetas: foi assim com Bandarra, com Luis Vaz de Camões, com o Padre António Vieira, com Fernando Pessoa, com o Agostinho da Silva, bem como muitos outros. Não podemos ocultar o facto de que a adesão à CEE, cuja designação passou por CE e hoje é UE, tem sido uma falácia traduzindo-se na prática, no princípio do fim das soberanias Europeias, concomitantemente a nossa, com a ratificação do recente Tratado de Lisboa. A mudança da designação acompanhou a alteração de paradigma dado que inicialmente de comunidade de países soberanos, passámos a uma união onde se perfilam já os contornos de regiões. As regiões advêm do provável fraccionamento de alguns países pelas suas idiosincrasias étnico-culturais latentes, que desta feita irão imergir, lutando na defesa da comunidade pela sua autodeterminação cuja força é agora possível face ao enfraquecimento das soberanias nacionais, e o distanciamento de poderes transferidos para Estrasburgo. Mais, a livre circulação de pessoas, no espaço comunitário, com a atracção das melhores inteligências nos locais mais desenvolvidos do ponto de vista económico, irá provocar a médio prazo a miscigenação dos povos com a perda de identidade e o empobrecimento regional ao nível do valor humano. Neste aspecto é relevante a unidade do povo português continental e insular, de modo a que as fronteiras do berço da portugalidade se mantenham inalteráveis em todo o processo que se venha a desenhar. É necessário que se tomem medidas de manutenção e fixação dos melhores indivíduos, na prestação de serviços à sua comunidade, bem como políticas culturais baseadas na história e na missão Portuguesa, a fim da tradição ser de tal modo demolidora que quem decidir ficar entre nós, terá não só de aprender o português, como ter acesso aos nossos costumes e respeitar os nossos valores, tal como acontece nos países nórdicos. Essa unidade só será possível através de um líder natural que se torne o símbolo de união, lembrando a nossa história, projectando-a no futuro. O povo português sofre de atavismos próprios de quem já foi grande; a queda no abismo leva à melancolia e à depressão, esse saudosismo que o Pessoa refere como sendo do Futuro, reflexo de um passado incompleto! O nosso Fado; Contrariamente ao que é referido, o povo Português não é ingovernável (e quando assim se torna, emerge o princípio paradigmático de auto-preservação e de auto-regulação, subjacente a uma sabedoria ancestral de egrégora que funciona como um subconsciente colectivo, tal como o cardume que se movimenta quase por instinto face a um perigo externo), nem se pode dizer que não se pode esperar muito dele! Há um dizer em Sintra que expressa: "Nascer em Portugal ou por missão ou por castigo!" É um facto que o povo Português não nasceu para cumprir as regras dos outros, mas para "andar à frente do mundo", para dar "novos mundos ao mundo". Dêem uma missão impossível ao Português e ele é eficiente, dêem-lhe uma rotina e ele desinteressa-se e torna-se improdutivo. Gostaria de pedir aos governantes e gestores para que conheçam o povo que governam ou os trabalhadores que dirigem antes de implantarem as técnicas e métodos desenvolvidos noutros quadrantes pelos gurus da moda, que se têm mostrado ser comprovadamente ineficazes quando aplicados a um povo sobranceiro e milenar como o nosso! E não é com repressão ou pela força que se tira o melhor de cada um - medidas aliás que têm conduzido sempre a convulsões revolucionárias, como que se de um tumor maligno o povo se quisesse ver livre. Tira-se partido deste povo conhecendo e potenciando tão-somente a corda sensível que o projecta e o transcende. Tal foi a capacidade estratégica de São Bernardo de Claraval, levada a cabo pela Ordem do Templo, única potência estratégica que soube como nenhuma outra, levar o povo Português às suas reais potencialidades. É certo que o português gosta de conhecer as novidades porque se posiciona numa perspectiva de descoberta, porque é um povo aberto para o mundo: é filho da original casta Lusitana, mas também do celta, do fenício, do árabe, do judeu e do cristão! É aberto às novidades, mas odeia ser obrigado a viver pelas regras dos outros, porque criou a sua própria paidéia triplamente transmitida pela terra onde nasce, pelos genes dos seus antepassados e pela oralidade dos poetas. O português tem tanto de Vasco da Gama, quanto de D. Henrique quanto de Velho do Restelo. E todos são úteis: o aventureiro que quer dar novos mundos ao mundo, o sonhador e estratega que concebe e planeia, e o ponderado que embora refractário e reactivo o faz por defesa da sua terra natal. No entanto sendo constituídos conceptualmente pelos três, tornamo-nos seres inquietos, pelo paradoxo de que somos reflexo. O português sendo aventureiro e missionário, não pode ser materialista no seu espírito, porque o risco de uma epopeia ou missão, implica o desapego completo, com o limite da sua própria vida! O espírito de desapego do português é tal que nas épocas de governação estrangeirada, desconhecendo a sua ancestral missão ligada à do país onde nasceu, o leva a raiar a traição, tal se encontra motivado a ser um cidadão do mundo. Desse mal padecem as classes governativas e intelectuais infectadas pelo jacobinismo, pelo positivismo da revolução francesa de 1800 cuja continuidade atravessou dois séculos até ao europeísmo actual. Do "ser português original" excluiu obviamente o indivíduo mesquinho e de

visão curta, que se alimenta da corrupção, porque parasitas os há em todos os quadrantes e latitudes e não respeitam nenhuma terra que pisam. Excluo o novo-rico com as suas manias e preconceitos que o manterá para sempre tão pobre e desligado interiormente como nasceu. Tem vergonha da sua condição, projectando a sua inferioridade no povo de que faz parte, mas que não reconhece. Refiro-me sim aqui ao português de alma e coração: desde o inovador cosmopolita, mas conhecedor da sua missão, ao português profundo enraizado na terra dos seus antepassados, o indivíduo estreitamente ligado à terra, ao ser autêntico, rude de mãos e caras fendidas temperado pelo sofrimento, pelas alegrias e pelos elementos, mas com um conhecimento empírico tal, que muitas vezes mancha o manto sobranceiro do académico. O Português é um Homem livre, preparado para a incógnita, para o desconhecido que o empolga, que o agiganta e que em suma o liberta, não para a rotina, para o conhecido, para as regras dos outros que o aprisionam, o asfixiam e o condenam a uma morte lenta… A sua reacção no presente é claramente de renúncia às regras impostas, ao sentimento de saudosismo, na esperança de ver renascida das cinzas, projectada no futuro a missão vanguardista de quinhentos que foi somente sua. Deste modo, Portugal reúne todas as possibilidades de cumprir a profecia do Quinto Império: estamos a entrar numa nova Era, que levará a sociedade à imaterialidade. Este aspecto já é vislumbrado por variadíssimos indícios, se podem resumir em dois paradigmas, um respeitante ao Homem (lembro aqui da 3ª vaga de Alvin Tofler...), e outro ao meio em que vive - o Ecosistema. No primeiro vem-me à memória a sucessão dos sectores de actividade que nos acompanham desde os primórdios do homem sobre a Terra: o sector primário com a caça, pesca e agricultura que é já uma actividade de transição ao sector secundário que aparece mecanizado nos finais do século XIX com a revolução industrial. O sector secundário é uma actividade de transformação efectiva da natureza, cuja necessidade proveio inicialmente da conservação dos produtos perecíveis do sector primário e da criação de novas ferramentas e utensílios auxiliares à actividade do Homem. O sector terciário aparece na segunda metade do século XX que se destina aos serviços, sendo alavancado pelos sectores anteriores, os quais transitam de uma produção alicerçada nos produtos a uma aproximação cada vez maior às necessidades de mercado dos indivíduos. Actualmente vivemos no sector quaternário que se caracteriza pela Era das tecnologias da informação e conteúdos, que cumprem as necessidades de uma sociedade global. Do futuro espera-se que isto venha a suceder na Era quinquenária do "Welfare" ou do bem-estar. Os impérios da história acompanharam todos estes sectores, e impuseram paradigmaticamente a mudança. As organizações seguiram esta tendência, tendo actualmente o primado das marcas, das ideias, dos conteúdos e da informação. Substituiu-se a materialidade empresarial centrada no produto e nas organizações rígidas do tipo familiar ou estatal, cujos activos (corpo material) se vêem disseminados por um conjunto indefinido de novos donos, accionistas. A personalidade e identidade, em suma a alma destas organizações, reside agora só e apenas na marca, cuja mobilidade é tal que pode mudar de corpo, e de donos. A Internet tem substituído a materialidade dos livros, das bibliotecas, dos suportes multimédia e as empresas. Grande parte do trabalho é hoje executado em suportes imateriais, cada vez mais o trabalho do homem reside nas ideias, na criatividade e na mudança, mais balanceado para o pensar e menos para o fazer… No segundo paradigma, o do Ecosistema, tem-se verificado e propagado aos quatro ventos que os três primeiros sectores de actividade, são extremamente lesivos ao equilíbrio dos recursos naturais, daí que a actividade económica tenha de transitar rapidamente ao plano das ideias e da alta finança, saindo do âmbito do plano físico. Desde que se articulem estratégias sustentáveis de manutenção das necessidades básicas de subsistência das sociedades, a actividade ou o negócio do Homem transitará para o mundo criativo das ideias, suportado através de meios virtuais, que colidam o mínimo possível com o ecossistema. Deste modo, a harmonização dos dois paradigmas prevêem a salvaguarda do equilíbrio Natural e a sustentabilidade das Sociedades do Homem que, sem as obsessões actuais, se tornam num cumprimento absoluto das Leis do Equilíbrio - ou Leis Divinas. Devo contudo referir, que mais nefasta que a poluição física dos ecossistemas, é a poluição mental dos Homens, ou melhor a falta de Amor Incondicional, do Amor Verdadeiro que é a única Força agregadora e criativa do Universo. Contudo, penso que a real defesa da nossa identidade terá de passar, nesta conjuntura em que se perfila uma amálgama miscigenada de povos, pelo pragmatismo, seguindo o caminho possível. Vejo a aposta na indústria do turismo, a possibilidade de salvaguardar os locais patrimoniais de referência, da nossa história, bem como os usos e costumes. O turismo de habitação pode alavancar o redescobrimento das aldeias históricas e das vilas acasteladas, da agricultura biológica (com as práticas de subsistência ancestrais) e esta da nossa restauração típica e tradicional, bem como dos produtos regionais demarcados com embalagens biodegradáveis. A indústria já não faz sentido porque é onerosa e extremamente poluente, em especial como vimos, numa época paradigmática das tecnologias de informação, que tende a evoluir para o "Welfare", mas a agricultura biológica, apesar de ser do primeiro sector, fará sempre parte do futuro (quanto mais não seja pela necessidade básica) caso seja sustentável e não lesiva ao ecossistema, tal como eram os métodos tradicionais utilizados pelos nossos antepassados. Penso deste modo que o caminho de defesa da nossa identidade poderá ser perfeitamente consubstanciado com os paradigmas da sucessão dos sectores de actividade que vimos atrás em harmonia com o ecossistema. «Considerem agora os Portugueses, e leiam tudo o que daqui por diante formos escrevendo com este pressuposto e importantíssima advertência: que, se alguma coisa lhes poderia retardar o cumprimento destas promessas, seria só o esquecimento ou desconhecimento do soberano Autor delas, quando por nossa desgraça fôssemos tão injuriosamente ingratos a Deus, que ou referíssemos os benefícios passados, ou esperássemos os futuros de outra mão que a sua. Prometeu Deus de livrar os filhos de Israel do cativeiro do Egipto, como tinha jurado aos seus maiores, e de os levar e meter de posse da terra da Promissão; (…) se buscarmos no Texto Sagrado as causas deste desvio e dilação (a qual durou quarenta anos inteiros, sendo a distancia do caminho breve, e que se podia vencer em poucos dias) acharemos que foram, três. Agora nos servem as duas, depois diremos a terceira. A primeira causa foi atribuírem a liberdade do cativeiro a Moisés; (…) A segunda, e ainda mais ignorante (sobre ímpia e blasfema), foi atribuírem a mesma liberdade ao ídolo que de seu ouro tinham fundido no deserto. (…) Basta, povo descortês, ingrato e blasfemo! Que Moisés e o vosso ídolo foram os que vos livraram do cativeiro do Egipto?! (…) Mas antes que passemos às outras utilidades, que ficarão para os capítulos seguintes,

justo será que fechemos este com a terceira causa do castigo que ponderávamos, a qual refere o Texto Sagrado no cap. XIV dos Números, e pode ser de grande exemplo para outra casta de gente, que são os que a Escritura chama filhos da desconfiança.»

Padre António Vieira em História do Futuro, Cap. II Vol. I Voltando a Portugal, e segundo o P. António Vieira, três aspectos podem impedir que a profecia se cumpra: destruição da concepção do Princípio Divino, anulação do ideal da aristocracia natural e perda de fé do indivíduo em si mesmo. No primeiro pode haver o risco das novas gerações perderem a noção da dependência das Leis Naturais (Lex Natura), pela ignorância ou pela arrogância. O falso conhecimento pode levar ao caminho divergente da verdadeira Luz com adoração a falsos profetas e deuses menores da ciência, da política, da finança e dos "media". Na segunda, a criação e adoração de "bezerros de ouro": os bens materiais que conduzem ao hedonismo numa sociedade virada somente para o prazer e futilidade. A procura do ter, mais e melhor do que o outro, a ostentação de sinais externos de riqueza, o sentimento de que a sociedade do Homem tem ferramentas prontas a resolver todos os problemas e o autismo com que os privilegiados encaram a sua vida e viram a cara à miséria dos excluídos, sem direitos aos frutos da prosperidade. Na terceira, o eterno recalçamento depressivo a que o português é sujeito desde a infância, levando-o ao complexo de inferioridade pelo nascimento, a desacreditar em si próprio, a pensar que é menos capaz que todos os outros, que é atrasado e que nunca chegará à linha dos povos da frente. O sentimento desde o berço de que nasceu num país pobre e pequeno, e que é filho de um povo atrasado e medíocre. Bombardeado pelos "media", passando pelo estabelecimento de ensino, à empresa onde trabalha e às conversas de circunstância, não lhe é permitido que o seu espírito germine e que erga a cabeça. Para isso tem de imigrar, para um sítio onde não seja identificado e anatematizado por ser tão só Português! Para que Portugal possa liderar, por direito próprio, num futuro próximo, o avanço da Humanidade como o fez desde o século XII ao XVI, terá que saber transmutar os agentes internos que se mantêm presos a ideologias e interesses que o aprisionam nestes três aspectos. No primeiro, penso que terá de se mudar o paradigma, criando em todo o português um ideal superior, místico, uma missão, um leitmotiv, uma Paidéia segundo Camões, Padre António Vieira, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, António Quadros bem como muitos outros! Terá de seguir uma estratégia de vida que obedeça às Leis Naturais ou Divinas. Na segunda, a educação não para a igualdade castradora, taylorista, mas para a natural separação de indivíduos por capacidades e potencialidades, de tal forma que os que se encontram à frente se tornem nos ideais a projectar nos que estão mais atrás, pelo abnegável exemplo, pelos princípios e em suma pelo valor e não pela falsa imagem que leva os indivíduos das classes inferiores a questionarem os das classes mais privilegiadas. Temos de colocar líderes naturais, equilibrados pela ética natural e pela mais valia técnica e humana, a fim de servirem de força de tracção a toda a sociedade. Na terceira, perceber e mostrar que o povo Português é naturalmente superior ou igual aos outros povos e se não se consegue avançar pelo caminho dos outros é porque ele não nasceu para o fazer, como já referi. Ele nasceu para criar os seus próprios caminhos para lá do impossível, tornando-se no vanguardista, no descobridor, no navegador que dá novos mundos ao mundo! O povo Português, para sobreviver como identidade própria, tem de conhecer exactamente a sua história e perceber sem reactividades nem vinganças, de que a sua raça, a "milénar raça portuguesa" foi condenada desde 1535 à lenta extinção, pela ignorância, castração e amnésia. Paradoxalmente, todos esses movimentos têm, ao contrário do que se possa pensar, tido início dentro da nossa casa. A crise que levou à 1ª união ibérica de 1580 a 1640 e ao império dos Habsburgo, não foi provocada por nenhuma invasão, nem devido ao facto muitas vezes adiantado pelos nossos historiadores ou de idiosincrasias políticas, de que não havia pretendentes ao trono vago, após a morte de D. Sebastião, rei que afinal morre encarcerado nos Limoges em França! A decisão foi consentida pelos iberistas da época, que aproveitando-se da crise política, emergiram o país numa crise financeira a fim de justificarem ao povo a união com Espanha. Desta feita preferiam o rei Filipe II de Espanha (futuro Filipe I de Portugal) a D. António I, neto de D. Manuel I ou a D. Catarina da Casa de Bragança, cujo neto D. João II futuro El Rei D. João IV viria curiosamente a restaurar a independência. Mais, todos os inícios dinásticos das Reais Casas portuguesas se deram através de filhos ilegítimos: na Casa de Borgonha, suspeitando-se que D. Afonso Henriques possa ter sido filho de D. Egas Moniz perfilhado pelo Conde D. Henrique por incapacidade física do filho natural, a Casa de Avis aparece com D. João I, filho ilegítimo de D. Pedro I e de Teresa Lourenço, e por sua vez a Casa de Bragança com o 1º Duque Afonso filho ilegítimo de D. João I e de Inês Pereira. Desta feita qualquer argumentação sobre a legitimidade das sucessões, cai por terra, num país que desde o início em 1149 até 1910 teve uma monarquia muito própria, cuja sucessão era baseada não só com base na hereditariedade, mas no princípio da aclamação popular e das cortes. Assim, a destruição da nossa paidéia por dentro, por uma classe de portugueses "sem berço", foi consumada através da Espanha que trouxe com ela a Igreja e a Inquisição, pela França de Napoleão que trouxe o racionalismo castrador, pela Inglaterra que se tentou aproveitar do estatuto da "Oldest Ally" e da circunstância da ingovernabilidade do país no período que se seguiu, a consanguinidade e miscigenação estratégica das casas reais europeias que toldaram a nossa missão, enfraquecendo e condenando posteriormente os Braganças (Casa Real periférica e com perigo de afirmação contrária aos interesses europeus que levaram aos dois grandes conflitos mundiais), as forças ocultas e destabilizadoras por detrás da 1ª República - movimento que não reflectia os desejos do povo português na sua maioria alheio a tudo isso, os poderes mundiais materializados pelos EUA e URSS na instabilidade forçada que levou à independência antes do tempo das nossas colónias e finalmente a CEE/CE/UE com o perigo que mais uma vez se avizinha da dissolução total da identidade e independência de um povo milénar. É preciso saber que em todas as épocas de perda de soberania da nossa história, esse processo foi sempre levado a cabo por dentro. Atrevo-me a pensar que as forças destruturantes que se acercaram do nosso país desde 1535, se deveram ao facto da missão portuguesa se encontrar muito à frente da capacidade e mentalidade do mundo nessa época e oposto ao materialismo que se desenvolve alguns séculos depois. Era necessário travar os Portugueses, era necessário que depois de D. Manuel I (que apercebendo-se do fim, se apressa a registar para épocas mais propícias a missão portuguesa nos sólidos livros de pedra do manuelino), a missão nunca mais fosse restaurada, era necessário matá-la de vez, impedindo que D. Sebastião regressasse a casa… Era

necessário em suma que o projecto Templário planeado pelo visionário São Bernardo de Claraval - o Porto do Graal - soçobrasse de vez! Deste modo, é de todo necessário que as condições mundiais se deterioreem de tal modo que Portugal volte a ser o centro do mundo material, porque se encontra no centro do "mapa mundi" (posição logística estratégica) e em esperança espiritual, porque é o único país verdadeiramente universalista reflectido no seu povo amistoso e nas armas da sua bandeira. Para isso teremos de estar preparados, para essa eventualidade: essa é a nossa missão! Esse deveria começar a ser o leitmotiv político dos futuros líderes nacionais.